LEI Nº 1.861, DE 23 DE ABRIL DE 2002 - “DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)”.

23/04/2002 | [Leis](#)

LEI Nº 1.861, DE 23 DE ABRIL DE 2002.

“DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU)”.

LAURO LUIZ MARMILICZ, Prefeito Municipal de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), instituído pela Lei n.º 583 de 17 de dezembro de 1980, será arrecadado em cada exercício financeiro, em parcela única, ou parceladamente, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º - Para efeito de cálculo e lançamento do tributo, é instituído o mês de abril de cada exercício financeiro como mês de competência.

Art. 3º - O Pagamento do tributo poderá ser efetuado da seguinte maneira:

I - À vista, com desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor lançado desde que o pagamento seja efetuado até a data de vencimento da parcela única, a aqueles contribuintes que estiverem em dia com a Fazenda Municipal;

II - A vista, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor lançado desde que o pagamento seja efetuado até a data do vencimento da parcela única;

III - Em até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 5% (cinco por cento) em cada parcela, desde que os pagamentos sejam efetuado nos respectivos vencimentos a aqueles contribuintes que estiverem em dia com a Fazenda Municipal;

Parágrafo Único - Somente terão direito aos descontos de que trata esta Lei, os contribuintes que efetuarem os pagamentos até o vencimento das respectivas parcelas. O pagamento efetuado em atraso, acarretará no

cancelamento do desconto e na incidência de encargos moratórios previstos em Lei.

Art. 4º - Anualmente, até o dia 30 de abril, o Poder Executivo fixará através de decreto o Calendário de Pagamento do IPTU, obedecido o número máximo de parcelas previstas na presente Lei.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.795, de 04 de abril de 2001, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES, AOS
23 DE ABRIL DE 2002.

LAURO LUIZ MARMILICZ

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDUARDO WARPECHOWSKI

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO